

PGE-RN

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

ANALISTA JURÍDICO



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**



EDITAL Nº 1 – PGE/RN, DE 9 DE MARÇO DE 2026

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO**.

× Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



PGE-RN

Analista Jurídico

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.....	1
Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.....	6
Domínio da ortografia oficial.....	14
Domínio dos mecanismos de coesão textual.....	18
Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.....	20
Emprego de tempos e modos verbais.....	21
Domínio da estrutura morfossintática do período; Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.....	26
Emprego das classes de palavras.....	34
Emprego dos sinais de pontuação.....	46
Concordância verbal e nominal.....	50
Regência verbal e nominal.....	53
Emprego do sinal indicativo de crase.....	57
Colocação dos pronomes átonos.....	58
Reescrita de frases e parágrafos do texto.....	61
Significação das palavras.....	63
Substituição de palavras ou de trechos de texto; Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto; Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	64
Questões.....	65
Gabarito.....	79

HISTÓRIA E ASPECTOS GEOECONÔMICOS DO RIO GRANDE DO NORTE

HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE: A Capitania do Rio Grande na história das capitanias donatárias (século XVI).....	1
Índigenas nos sertões do Rio Grande colonial.....	3

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Economia e fiscalidade no período colonial: arrecadação de tributos na capitania do Rio Grande	8
A seca e a questão sanitária no século XIX	15
Terra dos salineiros: trabalhadores da extração de sal no Rio Grande do Norte.....	23
30 de setembro e a política abolicionista de vanguarda mossoroense.....	27
Motim das Mulheres	31
Representatividade potiguar na comunicação nacional com o jornal “O Mossoroense”, o 3º jornal mais antigo do Brasil	34
Política e sociedade: Mossoró e a resistência ao bando de lampião.....	38
O movimento de 1930 no Rio Grande do Norte	39
Nordeste em guerra: o papel da costa brasileira na 2ª Guerra Mundial	44
Populações indígenas no Rio Grande do Norte	46
Comunidades quilombolas no Rio Grande do Norte	53
II ASPECTOS GEOECONÔMICOS DO RIO GRANDE DO NORTE: Atividades econômicas modernas e tradicionais: agropecuária, pesca, fruticultura, carcinicultura, mineração, sal, indústria, produção de petróleo e gás, turismo, comércio e serviços ...	57
Transformação da indústria das energias renováveis no panorama econômico e geográfico do Rio Grande do Norte.....	65
Questões	70
Gabarito.....	79

INFORMÁTICA BÁSICA

Noções de sistema operacional (ambiente Windows). Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas.....	1
Edição de textos, planilhas e apresentações (pacote Microsoft Office).....	23
Redes de computadores. Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e intranet. Programas de navegação (Microsoft Edge, Mozilla Firefox, Google Chrome). Sítios de busca e pesquisa na Internet	66
Programa de correio eletrônico (Outlook Express)	73
Grupos de discussão.....	76
Redes sociais	79
Computação na nuvem (cloud computing).....	83
Segurança da informação. Procedimentos de segurança. Noções de vírus, worms e pragas virtuais. Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, anti-spyware etc.).....	86
Procedimentos de backup	94
Armazenamento de dados na nuvem (cloud storage).....	96
Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).....	98
Lei nº 12.527/2011 (acesso à informação).....	120
Serviços públicos digitais	132

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Noções de data warehouse.....	133
Noções de analytics	134
Noções de business intelligence	135
Questões	137
Gabarito.....	147

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Constituição do Estado do Rio Grande do Norte; Títulos III e IV, Capítulos V e VII; Ato das Disposições Transitórias.....	1
Lei Complementar Estadual nº 122/1994.....	13
Lei Complementar Estadual nº 739/2023.....	48
Lei Estadual nº 11.109/2022 e suas alterações (Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado do Rio Grande do Norte)	53
Questões	55
Gabarito.....	60

DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição; Conceito, objeto, elementos e classificações; PRINCÍPIO DA SIMETRIA.....	1
Supremacia da Constituição.....	10
Aplicabilidade das normas constitucionais	11
Interpretação das normas constitucionais	14
Mutação constitucional	21
Direito Constitucional Estadual ; Constituição Federal, Constituições Estaduais: características, força normativa, relações entre si e com as demais fontes normativas	22
Constituição do Estado do Rio Grande do Norte	28
Hermenêutica e interpretação constitucional	95
Poder constituinte; Características; Poder constituinte originário; Poder constituinte derivado: limites, emendas à Constituição; Revisão constitucional	99
Princípios fundamentais	104
Fundamentos e objetivos da República Federativa do Brasil e princípios regentes nas suas relações internacionais	106
Direitos e garantias fundamentais.....	109
Direitos e deveres individuais e coletivos; Habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção e habeas data; Partidos políticos.....	111
Direitos políticos	131
Direitos sociais	134

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Ente estatal titular de direitos fundamentais.....	137
Tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos em que a República Federativa do Brasil seja parte e suas repercussões sobre a ordem jurídica brasileira	142
Responsabilidade internacional do Estado brasileiro e das unidades subnacionais por violações de direitos humanos	148
Organização do Estado	155
Organização político- administrativa; Forma federativa de Estado; União; Estados federados; Municípios; Distrito Federal; Territórios Intervenção federal e estadual.....	157
Intervenção dos Estados nos municípios	170
Administração pública; Disposições gerais; Servidores públicos civis e militares dos Estados e Distrito Federal	171
Organização dos Poderes; Mecanismos de freios e contrapesos; Poder Legislativo; Poder Executivo; Poder Judiciário.....	182
Funções essenciais à justiça: Ministério Público, Advocacia Pública e Privada, defensoria Pública; Procuradorias Gerais dos Estados e do Distrito Federal; Processo Legislativo Federal e Estadual.	191
Controle de constitucionalidade; Sistema brasileiro; Ação declaratória de constitucionalidade; Ação direta de inconstitucionalidade; Arguição de descumprimento de preceito fundamental; Ação direta de inconstitucionalidade por omissão; Ação direta de inconstitucionalidade interventiva; Recurso Extraordinário; Súmula Vinculante; Reclamação Constitucional	198
Controle incidental ou concreto; Controle abstrato de constitucionalidade.....	203
Exame in abstractu da constitucionalidade de proposições legislativas	211
Controle de Constitucionalidade nos Estados e no Distrito Federal	212
Decisões, efeitos das decisões, técnicas de decisão, segurança e estabilidade das decisões	218
Defesa do Estado e das instituições democráticas; Estado de defesa e estado de sítio; Forças armadas; Segurança pública	224
Sistema Tributário Nacional; Princípios gerais; Limitações do poder de tributar	229
Impostos da União, dos Estados e dos Municípios.....	234
Repartição das receitas tributárias	256
Finanças públicas; Normas gerais; Orçamentos; Ordem econômica e financeira; Princípios gerais da atividade econômica; Sistema Financeiro Nacional	264
Ordem social; Seguridade Social; Saúde, Previdência e Assistência Social; Educação, Cultura e Desporto	276
Emenda Constitucional n.º 103/2019 (Reforma da Previdência)	298
Política Pública de Alimentação Escolar	317
Ciência e Tecnologia	324
Meio Ambiente; Direitos e interesses das populações indígenas; Direitos das comunidades remanescentes de quilombos	327
Lei Federal nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial).....	330

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Lei Federal nº 7.716/1989 (Crimes resultantes de preconceito)	341
Lei Federal nº 11.284/2022 (Estatuto Estadual de Promoção e Igualdade Étnico-Racial do Rio Grande do Norte	344
Direito à saúde, Sistema Único de Saúde: princípios e diretrizes, judicialização de políticas públicas de saúde, jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STJ) em matéria de Saúde Pública	377
Questões	384
Gabarito.....	391

DIREITO ADMINISTRATIVO

Conceito e fontes do direito administrativo.....	1
Regime jurídico-administrativo; Conceito; Conteúdo: supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade, pela administração, dos interesses público	6
Administração pública; Princípios expressos e implícitos da administração pública; Devido processo legal no âmbito Administrativo; Princípios específicos	22
Órgãos Públicos: Organização, descentralização, desconcentração; Hierarquia, delegação, avocação; Administração direta, indireta e entidades paralelas; Autarquias, Fundações públicas, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, entes com situação peculiar, agências reguladoras e agências executivas.....	28
Administração pública em sentido amplo e em sentido estrito; Administração pública em sentido objetivo e em sentido subjetivo	34
Poderes da Administração Pública; Hierarquia: poder hierárquico e suas manifestações; Poder disciplinar; Poder de polícia; Liberdades públicas e Poder de polícia; Poder Normativo, Poder vinculado, Poder discricionário e Poder regulamentar; Abuso de Poder: regime jurídico geral	39
Deveres da Administração Pública: Dever de agir, Dever de eficiência, Dever de probidade, Dever de prestar contas	50
Atos administrativos; Conceitos, requisitos, elementos, pressupostos, classificação e atributos; Fato e Ato administrativo; Atos administrativos em espécie; Formação do Ato administrativo: elementos, procedimento administrativo; Revogação, anulação e convalidação do ato administrativo; Cassação	52
O silêncio no direito administrativo.....	70
Perfeição, vigência e eficácia;	74
Retroatividade e irretroatividade.....	80
Atos administrativos simples, complexos e compostos; Atos administrativos gerais e individuais; Atos administrativos vinculados e discricionários	85
Atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais	90
Mérito do ato administrativo, discricionariedade	92
Ato administrativo inexistente.....	94
Teoria das nulidades no direito administrativo.....	96

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Atos administrativos nulos e anuláveis.....	97
Vícios do ato administrativo.....	99
Teoria dos motivos determinantes.....	101
Prescrição e Decadência.....	102
Processo Administrativo	106
Lei Complementar Estadual n.º 303/2005.....	112
Fases; Processo administrativo disciplinar; Sindicância; Processo sumário	127
Intervenção do Estado sobre a propriedade privada e no domínio econômico	136
Bens públicos; Regime jurídico; Aquisição e alienação dos bens públicos; Formas de utilização dos bens públicos pelos particulares.....	141
Contratação Pública; Licitações: modalidades e procedimentos	153
Contratos administrativos; Modalidades; Tipos; Procedimento; Anulação e revogação	159
Contratação direta: dispensa e inexigibilidade	185
Convênios e consórcios administrativos	191
Parceria publico-privada; Conceito; Delegação: concessão, permissão e autorização.	192
Controle e responsabilização da administração: controle administrativo, controle judicial, controle legislativo	197
Reparação do dano	199
Direito de regresso	201
Agentes públicos; Espécies e classificação; Cargo, emprego e função públicas; Formas de provimento e vacância dos cargos públicos.....	206
Responsabilidade civil, penal e administrativa dos agentes públicos e da Administração.....	225
Improbidade administrativa	229
Lei de acesso à informação e Lei Geral de Proteção de dados.....	256
Questões	278
Gabarito.....	286

DIREITO CIVIL

Lei de Introdução às Normas do Direito brasileiro; Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis	1
Conflito de leis no tempo; Eficácia da lei no espaço	23
Pessoas naturais; Conceito; Existência.; Início da personalidade; Personalidade; Capacidade; Nome civil; Estado civil; Domicílio; Direitos da personalidade; Ausência; Pessoas jurídicas; Disposições gerais; Conceito e elementos caracterizadores; Constituição; Extinção; Capacidade e direitos da personalidade; Domicílio; Associações, sociedades, fundações; Desconsideração da personalidade jurídica	34
Domicílio.....	61
Sociedades de fato, grupos despersonalizados.....	67

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Responsabilidade da pessoa jurídica e dos sócios.....	72
Bens; Diferentes classes; Bens corpóreos e incorpóreos; Bens no comércio e fora do comércio.....	74
Ato jurídico; Fato e ato jurídico; Negócio jurídico; Disposições gerais; Classificação, interpretação; Elementos; Representação, condição; Termo; Encargo; Defeitos do negócio jurídico; Existência, eficácia, validade, invalidade e nulidade do negócio jurídico; Simulação; Atos jurídicos; Atos lícitos e ilícitos.....	83
Prescrição e decadência.....	102
Prova.....	113
Obrigações; Características, elementos e princípios; Boa-fé.....	125
Obrigações complexa (a obrigação como um processo); Obrigações de dar; Obrigações de fazer e de não fazer; Obrigações alternativas; Obrigações divisíveis e indivisíveis; Obrigações solidárias; Obrigações civis e naturais, obrigações de meio, de resultado e de garantia; Obrigações de execução instantânea, diferida e continuada; Obrigações puras e simples, condicionais, a termo e modais; Obrigações líquidas e ilíquidas; Obrigações principais e acessórias; Transmissão das obrigações; Adimplemento e extinção das obrigações; Inadimplemento das obrigações.....	128
Contratos; Princípios; Contratos em geral; Disposições gerais; Interpretação; Extinção; Espécies de contratos regulados no Código Civil.....	155
Atos unilaterais.....	168
Responsabilidade civil objetiva e subjetiva; Obrigação de indenizar; Dano material; Dano moral.....	174
Preferências e privilégios creditórios.....	183
Posse; Direitos reais; Disposições gerais; Propriedade; Superfície; Servidões; Usufruto; Habitação; Direito do promitente comprador; Direitos reais de garantia; Características; Princípios; Penhor, hipoteca e anticrese.....	186
Direito das sucessões; Sucessão em geral; Sucessão legítima; Sucessão testamentária; Inventário e partilha.....	212
Lei nº 6.015/1973 (registro de imóveis).....	231
Noções gerais, registros, presunção de fé pública, prioridade, especialidade, legalidade, continuidade, transcrição, inscrição e averbação.....	291
Procedimento de dúvida.....	294
Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa).....	296
Lei nº 8.245/1991 (Locação de imóveis urbanos).....	316
Locação em geral, sublocações, aluguel, deveres do locador e do locatário; Locação e a Fazenda Pública.....	332
Questões.....	335
Gabarito.....	343

SUMÁRIO



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Código de Processo Civil; Teoria Geral do Processo; Processo e Constituição; Princípios Constitucionais, direitos fundamentais e processo; Normas fundamentais do processo e direito processual intertemporal; Princípios Constitucionais, direitos fundamentais e processo; Normas fundamentais do processo e direito processual intertemporal.....	1
Fazenda Pública em juízo e suas prerrogativas.....	5
Sistema de justiça multiportas e meios adequados de solução de conflitos; equivalentes jurisdicionais.....	13
Jurisdição e competência; Jurisdição contenciosa e voluntária; Limites da jurisdição; Competência: critérios determinantes e reconhecimento de incompetência	16
Ação: conceito, natureza jurídica, condições, elementos e classificações	36
Processo: pressupostos processuais, poderes e deveres das partes e do juízo, formação, suspensão e extinção; Sentença: conceito; requisitos; coisa julgada e liquidação de sentença; Remessa Necessária; Cumprimento de sentença	42
Sujeitos do processo; Deveres das partes e dos Procuradores	56
Representação judicial das pessoas jurídicas de direito público; Capacidade, deveres e responsabilidade	71
Despesas processuais, honorários advocatícios, depósitos judiciais, custas e multas processuais e peculiaridades da Fazenda Pública	74
Litisconsórcio; Litisconsórcio: classificação e regime jurídico.....	80
Intervenção de terceiros; Distinções entre intervenção voluntária, provocada e legal; Espécies previstas no Código de Processo Civil (CPC)	83
Atos processuais (forma, tempo, lugar, prazos e nulidades); comunicação dos atos processuais	90
Tutela provisória: disposições gerais; tutela de urgência; tutela da evidência e estabilização.....	101
Processo de conhecimento: procedimento; petição inicial; improcedência liminar do pedido; audiência de conciliação ou de mediação.....	113
Respostas do réu: Contestação, exceções, pedido contraposto, impugnação ao valor da causa e reconvenção	138
Revelia e a Fazenda Pública, providências preliminares e saneamento, julgamento conforme o estado do processo, julgamento antecipado do mérito, julgamento antecipado parcial do mérito	142
Audiência de instrução e julgamento; alegações finais.....	145
Prazos da Fazenda Pública; A Fazenda Pública e a (im) possibilidade de transação...	149
Teoria Geral da Prova: princípios; meios de prova; ônus e valoração	151
Execução; Títulos executivos judiciais e extrajudiciais	156
Impugnação ao cumprimento e embargos do devedor; Exceção de pré-executividade; Execução contra a Fazenda Pública.....	179

SUMÁRIO



Pagamento de obrigações de pequeno valor e precatórios	180
Recursos; Teoria geral, juízo de admissibilidade e de mérito	183
Espécies recursais: agravo de instrumento, agravo interno, apelação, embargos de declaração e de divergência, recursos ordinário, especial e extraordinário	191
Repercussão geral e relevância da questão federal	211
Sistema de precedentes: incidente de resolução de demandas repetitivas e recursos repetitivos; Incidente de Demandas Repetitivas (IRDR)	215
Ação rescisória	220
Reclamação	224
Ações Constitucionais: Mandado de segurança, habeas data, mandado de injunção ..	225
Suspensão de segurança e suspensão de liminar	226
Ações coletivas: ação popular	229
Ação civil pública	237
Ação de improbidade administrativa	239
Inquérito civil e compromisso de ajustamento de conduta	244
Juizados Especiais; Juizados Especiais Cíveis	248
Juizados Especiais Federais	252
Sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJE)	258
Processo tecnológico: prática eletrônica, julgamentos virtuais; inteligência artificial e transmissões ao vivo	270
Questões	275
Gabarito	283

DIREITO AMBIENTAL

Direito ambiental; conceito e objeto; Função social da propriedade	1
Princípios fundamentais	4
Princípios fundamentais	9
Direito ambiental como direito econômico; Natureza econômica das normas de direito ambiental	14
Repartição de competências em matéria ambiental	15
Normas constitucionais relativas à proteção ambiental	17
Direito ambiental na Constituição Federal	21
Meio ambiente como direito fundamental	23
Meio ambiente natural, artificial, cultural e do trabalho	24
Biodiversidade e desenvolvimento sustentável	25
Recursos naturais e bens ambientais	34
Bens culturais; Significado	37
Princípios da tutela do patrimônio cultural	40

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Deveres ambientais.....	43
Normas gerais e normas de cooperação para os entes federados em matéria ambiental.....	48
Zoneamento ambiental.....	52
Licenciamento ambiental.....	52
Lei Complementar federal nº 140/2011.....	55
Estudo de impacto ambiental; Conceito, competências, natureza jurídica e requisitos.....	62
Resolução do CONAMA nº 1/1986 (Relatório de Impacto Ambiental – EIA-RIMA).....	63
Resolução do CONAMA nº 237/1997 (licenciamento ambiental).....	66
Sistema Nacional do Meio Ambiente.....	71
Decreto nº 99.274/1990 (Política Nacional do Meio Ambiente).....	73
Lei nº 6.938/1981 (Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA).....	85
Estrutura, composição, competências e funcionamento.....	94
Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).....	99
Lei nº 9.985/2005 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza — SNUC).....	102
Lei Complementar estadual nº 272/2004 e suas alterações (Política Estadual do Meio Ambiente).....	115
Poder de polícia e direito ambiental; Infrações ambientais; Compensação ambiental ..	133
Crimes ambientais.....	135
Sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente; Infrações e sanções administrativas ambientais; apuração das infrações administrativas.....	137
Responsabilidade ambiental; Conceito de dano e a reparação do dano ambiental	140
Efetivação da proteção normativa ao meio ambiente.....	148
Poder Judiciário, Ministério Público e administração pública.....	153
Recursos hídricos.....	158
Lei nº 9.433/1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos e Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos — SINGREH).....	162
Objetivos, diretrizes gerais, competências, comitês de bacia hidrográfica e outorga pelo uso da água; Saneamento ambiental; Normas gerais	172
Lei estadual nº 6.908/1996 (Política Estadual de Recursos Hídricos).....	180
Resolução do CNRH nº 16/2001 (outorga de direito de uso de recursos hídricos).....	186
Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).....	191
Lei nº 11.445/2007 (Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico) e Lei nº 14.026/2020.....	209
Lei estadual nº 8.485/2004 (Política Estadual de Saneamento Básico).....	260
Recursos florestais.....	264
Código Florestal; Lei nº 12.651/2012 (proteção da vegetação nativa).....	270
Espaços territoriais especialmente protegidos.....	301

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Áreas de preservação permanente em área urbana e rural e reserva legal	308
Lei nº 9.985/2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza)	315
Tipos de unidades, objetivos e categorias	328
Resoluções do CONAMA nº 302/2002 e nº 303/2002	336
Lei nº 11.284/2006 (gestão de florestas públicas); Gestão e concessão florestal; Significados; Populações tradicionais	341
Decreto nº 6.040/2007	369
Questões	369
Gabarito	378

DIREITO TRIBUTÁRIO

Sistema Tributário Nacional na Constituição Federal;	1
Limitações do poder de tributar	1
Princípios do direito tributário	1
Repartição das receitas tributárias	1
Tributo; Conceito; Natureza jurídica; Espécies; Imposto; Taxa; Contribuição de melhoria; Empréstimo compulsório; Contribuições	1
Competência tributária; Classificação; Exercício da competência tributária; Capacidade tributária ativa; Imunidade tributária; Distinção entre imunidade, isenção e não incidência; Imunidades em espécie	6
Benefícios fiscais de ICMS, crédito fiscal	10
Fontes do direito tributário; Constituição Federal; Leis complementares; Leis ordinárias e atos equivalentes; Tratados internacionais; Atos do Poder Executivo federal com força de lei material; Atos exclusivos do Poder Legislativo; Convênios; Decretos regulamentares; Normas complementares	13
Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária	17
Obrigações tributárias; Definição e natureza jurídica; Obrigação principal e acessória; Sujeito ativo; Sujeito passivo; Solidariedade; Capacidade tributária; Domicílio tributário; Responsabilidade tributária; Responsabilidade dos sucessores; Responsabilidade de terceiros; Responsabilidade por infrações	19
Fato gerador; Norma geral antielisão	26
Substituição tributária	28
Crédito tributário; Constituição do crédito tributário; Lançamento; Modalidades de lançamento; Suspensão do crédito tributário; Extinção do crédito tributário; Exclusão do crédito tributário; Garantias e privilégios do crédito tributário; Prescrição e decadência	31
Administração tributária; Fiscalização; Dívida ativa; Certidões negativas	42
Impostos da União	46
Impostos dos estados e do Distrito Federal	46
Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ)	46
Impostos dos municípios	48

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Legislação federal aplicada; Lei nº 5.172/1966 (Sistema Tributário Nacional e normas gerais de direito tributário).....	49
Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte)	83
Lei Complementar nº 116/2003 (ISSQN)	141
Lei Complementar nº 87/1996 e suas alterações (imposto dos estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação).....	146
Legislação do estado do Rio Grande do Norte aplicada; Lei estadual nº 6.968/1996 (imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS)...	160
Lei estadual nº 6.967/1996 e suas alterações (imposto sobre a propriedade de veículos automotores – IPVA)	200
Lei estadual nº 5.887/1989 (imposto sobre transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos – ITCD).....	208
Decreto estadual nº 31.825/2022 (ICMS).....	213
Ilícito tributário; Ilícito administrativo tributário; Ilícito penal tributário	214
Crimes contra a ordem tributária	216
Lei nº 8.137/1990 (crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo).....	219
Processo administrativo tributário; Princípios; Acepções e espécies.....	223
Determinação e exigência do crédito tributário	226
Representação fiscal para fins penais.....	230
Processo administrativo tributário do Rio Grande do Norte	233
Decreto estadual nº 13.796/1998	235
Processo judicial tributário.....	235
Ação de execução fiscal	239
Lei nº 6.830/1980 e suas alterações (execução fiscal)	242
Ação cautelar fiscal	249
Ação declaratória da inexistência de relação jurídico-tributária	251
Ação anulatória de débito fiscal.....	254
Mandado de segurança.....	254
Ação de repetição de indébito	258
Ação de consignação em pagamento	262
Ações de controle de constitucionalidade	262
Ação civil pública	267
Questões	271
Gabarito.....	278

SUMÁRIO



DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).



História e Aspectos Geoeconômicos do Rio Grande do Norte

O Rio Grande do Norte faz parte da região do Nordeste brasileiro, localizado entre o Ceará e a Paraíba. Tem como limites ao norte e leste o oceano Atlântico, que banha todo o seu litoral, ao oeste o Estado do Ceará, separado pelo rio Jaguaribe e ao sul o Estado da Paraíba, separado pela Baía da Traição.

Mesmo sendo um dos menores Estados do Brasil, com seus 53.015 km², possui grande quantidade de recursos naturais. No passado seu litoral era repleto de árvores de Pau-brasil, de grande valor na época do descobrimento, o que levou os franceses a se instalarem na costa da região, antes mesmo de se formar a Capitania do Rio Grande estabelecendo o tráfico do Pau-brasil.

As atividades econômicas do Rio Grande do Norte, desde o início de sua colonização, sempre estiveram ligadas a agricultura e a criação de gado, tendo como destaque na sua produção: o algodão, sal marinho, sisal, cana de açúcar, milho, feijão, banana, batata doce, etc. É detentora das maiores salinas do país e de um litoral de cerca de 410 km de extensão.

A sua localização inserida numa região sujeita à periódicas secas, prejudica bastante a sua população que perde plantações e gado pela falta d'água, e que, muitas vezes precisa fugir para as cidades em busca de sobrevivência.

Natal, a capital do Rio Grande do Norte, sobressaiu-se bastante por ocasião da II^a Guerra mundial, quando se tornou centro atenções nacionais e internacionais, não somente pela construção da base aérea americana, mas, sobretudo pela presença dos soldados dos EEUU, o que modificou bastante os costumes locais com a introdução de muitos dos seus hábitos no dia a dia. A população de Natal hoje é de 709.536 habitantes.

Historicamente, o Rio Grande do Norte surgiu com a divisão do Brasil em Capitanias hereditárias, em 1533, e a concessão por D. João III das terras que se estendiam a partir da Baía da Traição (limite sul) até o rio Jaguaribe, ao cronista João de Barros, além de mais 50 léguas de parceria com Aires da Cunha.

Começava a existir a Capitania do Rio Grande, cuja conquista e colonização, depois de várias tentativas frustradas, somente foi efetivada já no final do século, em 1598. Por conta da sua posição geográfica, as terras do Rio Grande foi possivelmente um dos primeiros pontos visitados no litoral brasileiro, antes mesmo da chegada dos portugueses. A necessidade de consolidar o domínio português nas terras que se encontravam abandonadas, com a presença constante de visitantes estrangeiros no seu litoral, fez o governo português tomar novas medidas com relação a Capitania do Rio Grande, nessa altura já de posse da Coroa, que a havia comprado aos filhos de João de Barros.

Dessa forma foram cumpridas as determinações reais aos donatários Mascarenhas Homem, de Pernambuco e Feliciano Coelho da Paraíba, de conquistar as terras, construção de um forte para a sua defesa e fundação de uma cidade para ser iniciada a obra da colonização. Foi construída a fortaleza dos Reis Magos, concluída a 06 de janeiro, cuja planta da autoria de Frei Gaspar de Samperes, obedecia a característica das construções coloniais portuguesas. Depois disso foi necessário a pacificação da massa indígena que habitava a região cujos ataques constantes punham em perigo a vida do homem branco.

A presença de Jerônimo de Albuquerque, de origem mestiça, que viera com a expedição de Mascarenhas Homem, foi de fundamental importância para a sua realização. Encarregado de estabelecer as pazes com os chefes Pau Seco e Sorobabe, Jerônimo consolidou com sucesso a sua missão na Paraíba, em junho de 1599, e tudo indica (pela falta de um documento explícito sobre o assunto) que ao voltar ao Rio Grande, teria ele, Jerônimo de Albuquerque, completado a última determinação real, de fundar uma cidade. A 24 de dezembro de 1599, era fundada a cidade de Natal, tendo como ponto original o local elevado onde hoje se localiza a Pça. André de Albuquerque, Largo da Matriz.

Ali foi erguida uma pequena capela onde foi celebrada missa, capela essa que através das reformas e do tempo permanece ainda hoje a velha catedral.

A capitania era habitada no litoral pelos índios do grupo dos Tupis, os Potiguares e no interior, pelos índios do grupo dos Tapuias, os Cariris e Tarairius.



Windows 10

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, parte da família de sistemas operacionais Windows NT. Lançado em julho de 2015, ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe uma série de melhorias e novidades, como o retorno do Menu Iniciar, a assistente virtual Cortana, o navegador Microsoft Edge e a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho. Projetado para ser rápido e seguro, o Windows 10 é compatível com uma ampla gama de dispositivos, desde PCs e tablets até o Xbox e dispositivos IoT.

Principais Características e Novidades

- **Menu Iniciar:** O Menu Iniciar, ausente no Windows 8, retorna com melhorias no Windows 10. Ele combina os blocos dinâmicos (tiles) do Windows 8 com o design tradicional do Windows 7, permitindo fácil acesso a programas, configurações e documentos recentes.
- **Assistente Virtual Cortana:** A Cortana é uma assistente digital que permite realizar tarefas por comandos de voz, como enviar e-mails, configurar alarmes e pesquisar na web. Este recurso é similar ao Siri da Apple e ao Google Assistant.
- **Microsoft Edge:** O navegador Edge substituiu o Internet Explorer no Windows 10. Ele é mais rápido e seguro, oferecendo recursos como anotações em páginas web e integração com a Cortana para pesquisas rápidas.
- **Múltiplas Áreas de Trabalho:** Esse recurso permite criar várias áreas de trabalho para organizar melhor as tarefas e aplicativos abertos, sendo útil para multitarefas ou organização de projetos.

Instalação do Windows

- Baixe a ferramenta de criação de mídia no site da Microsoft.
- Use-a para criar um pendrive bootável com a ISO do Windows.
- Reinicie o PC e entre na BIOS/UEFI para priorizar o boot pelo pendrive.
- Na instalação, selecione idioma e versão, depois a partição (formate se necessário).
- Crie um usuário e siga os passos da configuração inicial.
- Após finalizar, o Windows estará pronto para uso.

Operações de iniciar, reiniciar, desligar, login, logoff, bloquear e desbloquear

Botão Iniciar

O Botão Iniciar dá acesso aos programas instalados no computador, abrindo o Menu Iniciar que funciona como um centro de comando do PC.



CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PREÂMBULO

Nós, em nome do Povo, reunidos em Assembleia Estadual Constituinte para organizar o Estado indissoluvelmente unido aos demais Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, na República Federativa do Brasil, invocando a proteção de Deus, decretamos e promulgamos a seguinte Constituição do Rio Grande do Norte:

(...)

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

(...)

CAPÍTULO V

DA INTERVENÇÃO NOS MUNICÍPIOS

Art. 25. O Estado não intervém em seus Municípios, exceto quando:

I– deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois (2) anos consecutivos, a dívida fundada;

II– não forem prestadas contas devidas, na forma da lei;

III– não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 13, de 2014)

IV– o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados nesta Constituição, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

§ 1º O decreto de intervenção, que especifica a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeia o interventor, é submetido à apreciação da Assembleia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro (24) horas.

§ 2º Se a Assembleia Legislativa não estiver funcionando, faz-se convocação extraordinária, no mesmo prazo de vinte e quatro (24) horas.

§ 3º Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos a estes voltam, salvo impedimento legal.

(...)

TÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO V

DO PODER EXECUTIVO

SEÇÃO I

DO GOVERNADOR E DO VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

Art. 57. O Poder Executivo, com sede na Capital do Estado, é exercido pelo Governador, auxiliado pelos Secretários de Estado.

§ 1º A eleição do Governador e do Vice-Governador do Estado, para mandato de quatro anos, realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em primeiro de janeiro do ano subsequente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 13, de 2014)



Conceito de Constituição

A Constituição é a norma suprema que rege a organização de um Estado Nacional.

Por não haver na doutrina um consenso sobre o conceito de Constituição, faz-se importante o estudo das diversas concepções que o englobam. Então vejamos:

Constituição Sociológica:

Idealizada por Ferdinand Lassalle, em 1862, é aquela que deve traduzir a soma dos fatores reais de poder que rege determinada nação, sob pena de se tornar mera folha de papel escrita, que não corresponde à Constituição real.

Constituição Política:

Desenvolvida por Carl Schmitt, em 1928, é aquela que decorre de uma decisão política fundamental e se traduz na estrutura do Estado e dos Poderes e na presença de um rol de direitos fundamentais. As normas que não traduzirem a decisão política fundamental não serão Constituição propriamente dita, mas meras leis constitucionais.

Constituição Jurídica:

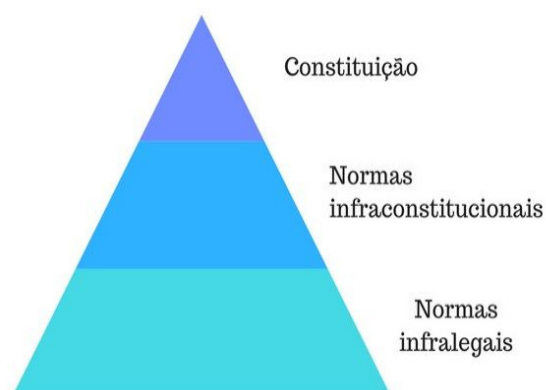
Fundada nas lições de Hans Kelsen, em 1934, é aquela que se constitui em norma hipotética fundamental pura, que traz fundamento transcendental para sua própria existência (sentido lógico-jurídico), e que, por se constituir no conjunto de normas com mais alto grau de validade, deve servir de pressuposto para a criação das demais normas que compõem o ordenamento jurídico (sentido jurídico-positivo).

Na concepção jurídico-positiva de Hans Kelsen, a Constituição ocupa o ápice da pirâmide normativa, servindo como paradigma máximo de validade para todas as demais normas do ordenamento jurídico.

Ou seja, as leis e os atos infralegais são hierarquicamente inferiores à Constituição e, por isso, somente serão válidos se não contrariarem as suas normas.

Abaixo, segue a imagem ilustrativa da Pirâmide Normativa:

Pirâmide Normativa:



Como Normas Infraconstitucionais entendem-se as Leis Complementares e Ordinárias;

Como Normas Infralegais entendem-se os Decretos, Portarias, Instruções Normativas, Resoluções, etc.



Conceito

De início, convém ressaltar que o estudo desse ramo do Direito, denota a distinção entre o Direito Administrativo, bem como entre as normas e princípios que nele se inserem.

No entanto, o Direito Administrativo, como sistema jurídico de normas e princípios, somente veio a surgir com a instituição do Estado de Direito, no momento em que o Poder criador do direito passou também a respeitá-lo. Tal fenômeno teve sua origem com os movimentos constitucionalistas, cujo início se deu no final do século XVIII. Por meio do novo sistema, o Estado passou a ter órgãos específicos para o exercício da Administração Pública e, por isso, foi necessário a desenvoltura do quadro normativo disciplinante das relações internas da Administração, bem como das relações entre esta e os administrados. Assim sendo, pode considerar-se que foi a partir do século XIX que o mundo jurídico abriu os olhos para a existência do Direito Administrativo.

Destaca-se ainda, que o Direito Administrativo foi formado a partir da teoria da separação dos poderes desenvolvida por Montesquieu, *L'Esprit des Lois*, 1748, e acolhida de forma universal pelos Estados de Direito. Até esse momento, o absolutismo reinante e a junção de todos os poderes governamentais nas mãos do Soberano não permitiam o desenvolvimento de quaisquer teorias que visassem a reconhecer direitos aos súditos, e que se opusessem às ordens do Príncipe. Prevalencia o domínio operante da vontade onipotente do Monarca.

Conceituar com precisão o Direito Administrativo é tarefa difícil, uma vez que o mesmo é marcado por divergências doutrinárias, o que ocorre pelo fato de cada autor evidenciar os critérios que considera essenciais para a construção da definição mais apropriada para o termo jurídico apropriado.

De antemão, ao entrar no fundamento de algumas definições do Direito Administrativo,

Considera-se importante denotar que o Estado desempenha três funções essenciais. São elas: **Legislativa**, **Administrativa** e **Jurisdicional**.

Pondera-se que os poderes **Legislativo**, **Executivo** e **Judiciário** são independentes, porém, em tese, harmônicos entre si. Os poderes foram criados para desempenhar as funções do Estado. Desta forma, verifica-se o seguinte:

Funções do Estado:

- Legislativa
- Administrativa
- Jurisdicional

Poderes criados para desenvolver as funções do estado:

- Legislativo
- Executivo
- Judiciário

Infere-se que cada poder exerce, de forma fundamental, uma das funções de Estado, é o que denominamos de **FUNÇÃO TÍPICA**.



LINDB e Introdução ao Direito Civil Brasileiro

De antemão, infere-se que a LEI de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, ou LINDB, (antes denominada LICC), não faz parte do Código Civil, apesar de se encontrar anexa a esta legislação. Cuidando-se, assim, de um acoplado de normas que possuem como finalidade, disciplinar as próprias normas jurídicas, ou, *lex legum* – norma sobre normas.

Ressalta-se que a legislação em estudo, predispõe condições genéricas para a formação, elaboração, vigência, eficácia, interpretação, integração e aplicação das leis como um todo.

Denota-se que a troca de nomes da LINDB ocorreu com o objetivo de colocar a devida adequação à aplicação prática, bem como a abrangência real da lei de introdução ao seu aspecto formal pelo nome da ementa.

Desta forma, a Lei n. 12.376/2010 passou a predispor que o decreto é Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, e não somente norma de cunho civil. Nesta seara, a LINDB se dirige ao legislador e aplicador do direito de maneira diferente das demais normas jurídicas, haja vista, estas possuem o atributo da generalidade e se encontrarem destinadas à toda a sociedade.

Incumbe-se a LINDB de tratar das seguintes situações:

- Da vigência e da eficácia das normas jurídicas;
- Do referente ao conflito de leis no tempo;
- Do conflito de leis no espaço;
- Dos critérios hermenêuticos;
- Do referente aos critérios de integração do ordenamento jurídico;
- Das normas de direito internacional privado, nos moldes dos artigos 7º a 19;
- Das normas de direito público, nos ditames do artigo 20 ao 30.

Das Fontes do Direito

Podemos conceituar fonte como sendo a origem ou como formas de expressão do direito. O jurista Miguel Reale conceitua as fontes do direito como sendo os “*processos ou meios em virtude dos quais as regras jurídicas se positivam com legítima força obrigatória*”. Já o ilustre Hans Kelsen, define a fonte do direito como: “*o fundamento de validade da norma jurídica, decorre de uma norma superior, válida*”.

Ressalta-se que classificar e dividir as fontes do direito, não é tarefa fácil segundo a doutrina. Sendo assim, a maioria dos doutrinadores edita sua classificação, dividindo-a da seguinte forma:

- **Fontes formais:** São aquelas que se encontram dispostas de forma expressa na LINDB, se dividindo em fontes primárias, que são as leis; e fontes secundárias, que se referem à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.
- **Fontes informais:** São aquelas que se encontram dispostas na LINDB, tais como a doutrina, a jurisprudência e equidade.

Registra-se que existem doutrinadores que classificam as fontes formais secundárias como fontes indiretas ou mediatas, tendo em vista o fato de poderem ser aplicadas em situações de lacuna legal nas omissões da lei, conforme o art. 4º que aduz: “*quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito*”.

Da Analogia

Trata-se a analogia, de um método de aplicação de determinada situação que não se encontra prevista em lei, de uma norma jurídica aproximada, ou propriamente dita, ou, de um conjunto de normas jurídicas que se encontram sintonia com a situação a ser julgada. **Exemplo:** A aplicação das regras do casamento para a constituição de união estável.



O processo civil, assim como o penal, é um dos ramos de direito público e tem por escopo a instrumentalização do direito material não criminal, ou seja, a solução dos conflitos no campo do direito civil, do consumidor, administrativo, tributário e previdenciário.¹

A Teoria Geral do Processo é um conjunto organizado de conceitos que os juristas usam para entender as diferentes áreas do direito processual. A Teoria organiza os conceitos e princípios fundamentais do direito processual.

Normas processuais civis

O Livro I do CPC, diferentemente do revogado Codex, trata das normas processuais civis e estabelece regras e princípios norteadores da interpretação e da aplicação do Direito Processual Civil como um todo, tanto que o seu art. 1º anuncia expressamente que “o processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil, observando-se as disposições deste Código”. A mencionada previsão, é bem verdade, menciona o óbvio e seria até mesmo dispensável, não fosse o desenvolvimento tímido da teoria da força normativa da Constituição em nosso ordenamento jurídico. Seja como for, tem ganhado força o movimento de constitucionalização de todos os ramos do direito, incluindo o civil e o processual civil. Não por outra razão que autores como Cassio Scarpinella Bueno reconhecem um modelo constitucional do processo civil em que os princípios constitucionais ocupam-se especificamente com a conformação do próprio processo, fornecendo diretrizes mínimas e moldando o comportamento das partes e do Estado-juiz.

Direitos processuais fundamentais

Os doze primeiros artigos do CPC materializam princípios fundamentais do processo que, em última análise, são decorrência do princípio-síntese ou princípio-mãe, que é o devido processo legal, do qual decorrem todos os demais direitos e princípios fundamentais do processo. Por isso, Humberto Theodoro Júnior o rotula de superprincípio, na medida em que coordena e delimita todos os demais princípios que informam tanto o processo como o procedimento. O princípio do devido processo legal comporta duas dimensões, a saber:

- **Formal/processual:** observância das regras procedimentais na prestação da tutela jurisdicional.
- **Substancial:** necessidade de observância dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade na aplicação das normas processuais.

A segunda dimensão recebeu especial atenção do legislador do CPC/2015 que estabeleceu, no art. 8º, que “ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência”.

Princípios

Princípio do Devido Processo Legal

Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”, inciso LIV, art. 5 da Constituição Federal. Trata-se, portanto, de norma fundamental do Direito que garante que os atos processuais se realizem em conformidade à lei vigente.

¹ Cunha, Maurício F. *Direito Processual Civil. (Coleção Método Essencial). (2nd edição). Grupo GEN, 2022.*



Direito Ambiental: Conceito

O conceito de direito ambiental só pode ser apreendido após saber o que é Direito e o que é meio ambiente ou ambiente. Para Miguel Reale (1993) o Direito é a interação tridimensional de norma, fato e valor. Para ele, a compreensão do direito isoladamente como fato, como valor ou como norma é precária e, em geral, abriga equivocadamente a compreensão do direito como mera forma, indiferente às infinitas e conflitantes possibilidades dos interesses humanos.

Meio ambiente ou ambiente, é o sistema de constantes espaciais e temporais de estruturas não humanas, que influencia os processos biológicos e o comportamento dessa população, nele compreendidos os processos sociais diretamente ligados a essas estruturas tais como o trajeto regular dos suburbanos, ou o desvio comportamental em correlação direta com a densidade da população ou com as condições habitacionais.

O fato que se encontra à base do direito ambiental é a vida humana, que depende dos recursos ambientais para a sua reprodução, a excessiva utilização dos recursos naturais, o agravamento da poluição de origem industrial e tantas outras mazelas causadas pelo crescimento econômico desordenado, que fizeram com que tal realidade repercutisse no mundo normativo do dever ser, se refletindo na norma elaborada com a necessidade de estabelecer novos comandos e regras aptos a dar, de forma sistemática e orgânica, um novo e adequado tratamento ao fenômeno da deterioração do meio ambiente. O valor que sustenta a norma ambiental é o reflexo no mundo ético das preocupações com a sobrevivência do Ser Humano e da manutenção das qualidades de salubridade do ambiente, com a conservação das espécies, a proteção das águas, do solo, das florestas, do ar e de tudo que é essencial para a vida como um todo.

É também no campo do valor que se manifestam os conflitos de uso dos recursos ambientais, pois as diferentes perspectivas axiológicas tendem a identificar, em um mesmo bem, utilidades diversas e, nem sempre, coincidentes. Ao contrário, a evolução normativa do Direito Ambiental demonstra que é, precisamente, em função de marcantes divergências axiológicas que se faz necessária a intervenção normativa com vistas à racionalização do conflito e a sua solução em bases socialmente legítimas. Aliás, registre-se que é crescente a valoração da natureza, independentemente de sua utilidade imediata para o ser humano.

O direito ambiental é a norma que, baseada no fato ambiental e no valor ético ambiental, estabelece os mecanismos normativos para disciplinar as atividades humanas em relação ao meio ambiente. É relevante observar a medida de equilíbrio que cada uma das três diferentes dimensões do direito deve guardar em relação às demais. Com efeito, a gravidade da crise ecológica – ou de uma determinada percepção dela – pode induzir a uma supervalorização do aspecto ético – com riscos da abstração nele encerrada – sobre o normativo e o fático, gerando situações juridicamente espinhosas e de insegurança. Não se pode definir os direitos dos cidadãos de modo que possam ser anulados por supostas razões de bem-estar geral.

O direito ambiental é essencialmente democrático e está compreendido dentro dos contornos do Estado de Direito. É elementar que o direito ambiental deve ser visto como direito – com todas as limitações que tal instrumento tem para atuar como elemento de equilíbrio entre as tensões existentes no fato ambiental.

Definição

O Direito Ambiental é um Direito sistematizador, que faz a articulação da legislação, da doutrina e da jurisprudência concernentes aos elementos que integram o meio ambiente. Procura evitar o isolamento dos temas ambientais e sua abordagem antagônica. Não se trata mais de construir um Direito das águas, um Direito da atmosfera, um Direito do solo, um Direito florestal, um Direito da fauna ou um Direito da biodiversidade. O Direito Ambiental não ignora o que cada matéria tem de específico, mas busca interligar estes temas com a argamassa da identidade de instrumentos jurídicos de prevenção e de reparação, de informação, de monitoramento e de participação.



Direito Tributário

*Prezado (a), o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Direito Constitucional.
Bons estudos!*



Limitações do poder de tributar

*Prezado (a), o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Direito Constitucional.
Bons estudos!*



Princípios do direito tributário

*Prezado (a), o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Direito Constitucional.
Bons estudos!*



Repartição das receitas tributárias

*Prezado (a), o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Direito Constitucional.
Bons estudos!*



Tributo; Conceito; Natureza jurídica; Espécies; Imposto; Taxa; Contribuição de melhoria; Empréstimo compulsório; Contribuições

Conceito

A primeira palavra utilizada para a descrição de tributo, foi “prestação”, haja vista que toda obrigação jurídica tem por objeto uma prestação, seja ela de dar, de fazer, de não fazer, etc. Logo, vê-se que o tributo tem natureza jurídica obrigacional.

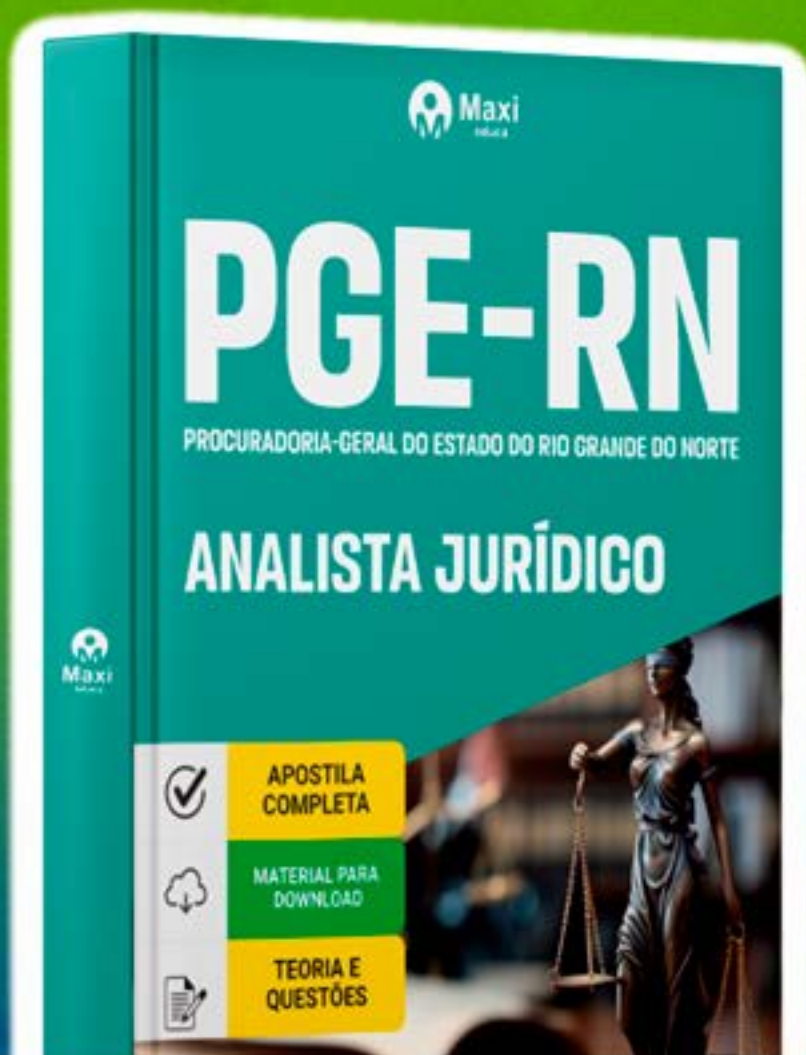
O tributo possui conceito legal expresso no art. 3º do Código Tributário Nacional (CTN):

Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

O tributo compõe-se de cinco elementos essenciais, quais sejam:

1 O tributo é prestação pecuniária, em moeda, ou cujo valor que nela se possa exprimir, ou seja, o tributo é uma obrigação mensurável economicamente, que deve ser cumprida, em regra, em dinheiro, na moeda corrente no País, o que exclui o pagamento do tributo por meio do recebimento de coisas ou através da prestação de serviços.

A exceção para este elemento é a dação em pagamento, prevista no art. 156, IX, CTN. Por esse instituto é possível que o devedor entregue para a Fazenda Pública um bem imóvel a fim de extinguir o crédito tributário.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu **DESCONTO ESPECIAL!**

[QUERO MINHA APROVAÇÃO!](#)